

## TERMO DE ADESÃO E OUTORGA DE MANDATO

Pelo presente Termo de Adesão, a pessoa física/jurídica abaixo qualificada (doravante denominada “Proponente Cooperada”) vem declarar o quanto segue.

CPF/CNPJ	626.200.980-92
Nome / Razão Social	Pedro Piva
Endereço	Rua Henriqueta Lisboa, 212 Hortolândia, SP, 13188142
E-mail comercial	asdasdas@asd.asd

### **CONSIDERANDO QUE:**

- (i) A Proponente Cooperada e a COOPERATIVA NACIONAL FLORA ENERGIA, cooperativa com sede na Avenida Faria Lima, 2927 - 5º andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF 38.232.616/0001-60 (“Cooperativa”), vêm tendo entendimentos acerca do interesse da Proponente Cooperada em se associar para ingressar na Cooperativa constituída com o objetivo de geração de energia elétrica compartilhada, prevista na Resolução Normativa nº 482/2012 da ANEEL;
- (ii) Os cooperados possuem conhecimento no mercado de energia e adotaram todas as providências necessárias para viabilizar o projeto;

Vem a Proponente Cooperada manifestar sua vontade de associação e participação na Cooperativa, nos termos abaixo declarados.

1. A decisão da Proponente Cooperada em tornar-se membro da Cooperativa ocorreu após a leitura, compreensão e concordância com todos os termos do Estatuto Social da Cooperativa, havendo a sua absoluta compreensão sobre o Sistema de Compensação de Energia que será realizado com a Distribuidora local, permitindo a redução da tarifa de energia elétrica no mercado cativo.
2. Para fins de participação na Cooperativa, a Proponente Cooperada, em conformidade com o art. 684 do Código Civil, outorga à Cooperativa, de forma irrevogável e irretratável poderes gerais necessários para representação nas deliberações e votações em assembleia da Cooperativa, e poderes especiais para lhe representar perante terceiros, inclusive ANEEL, CCEE, NOS, EPE, MME e Distribuidoras de Energia, por meio de seus diretores ou procuradores, a fim de (i) requerer acesso da Proponente Cooperada

e de suas unidades consumidoras cadastradas na Cooperativa ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE); (ii) indicar e/ou alterar os percentuais de rateio da energia elétrica gerada pelos projetos da Cooperativa; (iii) eventualmente requerer descadastramento da Proponente Cooperada e/ou de suas unidades consumidoras do SCEE e do rateio da energia elétrica; (iv) requerer, enviar à Distribuidora e assinar, em nome da Proponente Cooperada, todos os documentos necessários ao seu registro e ao registro de suas unidades consumidoras ao SCEE; e (v) requisitar e receber informações em nome da Proponente Cooperada e tudo praticar, especialmente a respeito das faturas, contas de energia e compensações de energia emitidos pelas Distribuidoras de energia.

3. A Proponente Cooperada declara que a participação na Cooperativa não garante a ela um preço por MWh de energia elétrica, tampouco um desconto fixo sobre o valor pago pela Proponente Cooperada no mercado cativo. O índice de desconto figurado representa a economia esperada que a Proponente Cooperada poderá receber por sua participação na Cooperativa e adesão ao SCEE, podendo ser maior ou menor que este índice, sendo que o custo total com a Cooperativa em nenhuma hipótese ultrapassará o custo do Mercado Cativo. O cálculo para a economia foi mensurado com base no consumo mensal estimado apresentado pela Proponente Cooperada para cada uma das localidades.
4. A efetiva participação da Proponente Cooperada na Cooperativa, assim como no SCEE, passará por um processo de aprovação da Cooperativa, o qual confirma o perfil de consumo da localidade na qual a Proponente Cooperada deseja receber os benefícios.
5. Caso a Proponente Cooperada deseje sair da Cooperativa ou excluir uma unidade consumidora do SCEE, a Proponente Cooperada compromete-se a enviar uma notificação Prévia com, no mínimo, 90 dias de antecedência.
6. Caso na data de saída da Cooperativa ou de exclusão de uma unidade consumidora, haja saldo de créditos de energia no SCEE já alocados à conta de luz da unidade consumidora junto à Distribuidora, a Proponente Cooperada permanecerá obrigada a realizar o pagamento conforme a utilização desses créditos, ainda garantido que o custo total com a Cooperativa em nenhuma hipótese ultrapassará o custo do Mercado Cativo.

A Cooperativa manifesta sua concordância com os termos e condições acima, manifestados pela Proponente Cooperada.

São Paulo, 27 de janeiro de 2023